



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Solicita informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca da quantidade de pedidos de reparação de pessoas que sofreram perseguição política durante os 21 anos de regime militar no Brasil, negados pela Comissão de Anistia no ano de 2019”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca da quantidade de pedidos de reparação de pessoas que sofreram perseguição política durante os 21 anos de regime militar no Brasil, negados pela Comissão de Anistia no ano de 2019, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Quantos pedidos de reparação financeira ou moral foram negados pelo Comissão de Anistia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o ano de 2019? Informar mês a mês.
- b) De quantos integrantes é composta a Comissão de Anistia?
- c) Quantos pedidos receberam parecer favorável dos relatores e tiveram a indenização indeferida pela Sra. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante esse ano de 2019?

JUSTIFICAÇÃO

Durante o mês de julho do ano em curso o Presidente Jair Bolsonaro desferiu inúmeros ataques verbais contra a Comissão da Verdade criada para esclarecer crimes cometidos durante os 21 anos do regime militar que governou o Brasil (1964 – 1985).

* C D 1 9 0 5 9 5 7 2 7 7 3 4 *



A desqualificação dos seus membros, as dúvidas suscitadas pelo Presidente em relação a confiabilidade da escolha de cada um deles e até da seriedade na condução de um trabalho isento, com resultados de credibilidade pela sociedade, fizeram parte das sucessivas falas de Jair Bolsonaro à imprensa.

Em 2002 o governo federal criou a Comissão de Anistia, responsável pelas políticas de reparação e memória para as vítimas do regime militar no Brasil. Foi criada para a defesa de ex-presos e perseguidos políticos, além da recuperação moral e econômica dos anistiados e suas famílias, no caso de familiares mortos e desaparecidos.

A Comissão que já esteve vinculada ao Ministério da Justiça em governos anteriores, hoje está no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A relação entre o pensamento majoritário do atual governo de defesa do regime militar, de críticas contundentes contra os militantes de esquerda que organizaram a resistência contra o regime militar, se apresenta diretamente proporcional às rejeições pela Comissão de Anistia, de pedidos de indenizações econômicas e reparações morais feitas por pessoas ou familiares de vítimas do golpe militar de 64 nesses primeiros sete meses de governo.

Depois de rejeitar 1381 pedidos em apenas 4 meses desse ano, a Comissão de Anistia está preparando 900 portarias de indeferimentos de pedidos feitos ao colegiado para assinatura da ministra Damares Alves nas próximas semanas.

É curiosa a agilidade que a Comissão conseguiu imprimir nas análises, desde a posse do atual governo. Pedidos sempre apreciados com muita cautela e cuidado em governos anteriores para não cometer injustiças, são analisados com rapidez surpreendente, chegando a superar 2.200 processos em apenas 7 meses.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

* C D 1 9 0 5 9 5 7 2 7 7 3 4 *